

RESENHA

WEIL, Henri. *Da ordem das palavras nas línguas antigas comparadas às línguas modernas: questão de gramática geral*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2015. 128 pp.

Henri Weil, filólogo alemão radicado na França, defendeu, em meados do século XIX, uma tese com importantes ideias sobre a colocação das palavras na sentença, motivada por fatores relativos à enunciação. À época, a Linguística ainda não havia se definido propriamente como ciência, mas eminentes estudiosos já formulavam postulados que influenciaram, de alguma forma, linguistas do século XX. Referimo-nos a Georges Perrot e a Michel Bréal, autor de *Ensaio de Semântica*¹. Juntamente com tais nomes, Weil fundou, em 1867, a *Association pour l'encouragement des études grecques en France*. Sua tese deu origem à obra *Da ordem das palavras nas línguas antigas comparadas às línguas modernas: questão de gramática geral*, cuja terceira edição², de 1879, serve de referência para esta resenha.

Produzida no esteio dos estudos histórico-comparatistas, a obra em questão defende o princípio de que a ordem das palavras segue a ordem das ideias, de sorte que a fala configure a imagem fiel do pensamento. A fim de validar sua hipótese, o autor analisa dados de diferentes línguas — clássicas e modernas, sintéticas e analíticas, como latim, grego, chinês e francês. Em princípio, poder-se-ia suspeitar de que Henri Weil adotasse uma concepção mentalista de *língua*, a julgar pela referência recorrente que ele faz ao princípio de a disposição das palavras estar de acordo com o *pensamento*; todavia, nota-se que este termo não é empregado, exatamente, com a acepção utilizada por teorias mais recentes, de orientação gerativista e cognitivista, a que interessa de perto o funcionamento da mente em si, até mesmo o mecanismo biopsíquico que lhe dá origem. Depreende-se do texto de Weil que o sentido de *pensamento* por ele referido é alusivo ao que poderíamos denominar *perspectiva de enunciação*, ou seja, aquilo que o locutor pretende enunciar. Soma-se a isso o fato de que o filólogo, inspirado na tradição retórica greco-latina, tece considerações sobre aspectos vinculados à estilística, ainda que não

faça menção a tal disciplina, os quais produzem efeitos singulares no ato da interlocução. Dessa forma, parece razoável considerar que, para o autor, o fenômeno da colocação é diretamente influenciado por fatores semânticos, abertos ao discurso e à enunciação.

Na introdução do livro, há menção à possibilidade de a ordem das palavras obedecer a efeitos de eufonia, aqueles que “somente a orelha pode julgar”. A esse respeito, sabe-se que a prosódia de fato pode influenciar a disposição das palavras, o que é atestado por pesquisas que analisam, por exemplo, a colocação dos pronomes oblíquos átonos. As chamadas palavras atrativas não são nada mais do que monossílabos ou dissílabos que, justamente por serem de curto tamanho, fazem com que os pronomes se agreguem mais facilmente a elas. Para Weil, porém, a eufonia tem importância secundária, posição que ele assume com base em dois argumentos: 1) o desconhecimento da real pronúncia das línguas clássicas, mormente grego e latim, cujos dados são valorizados de forma especial por ele; 2) a relatividade da eufonia, que varia de acordo com os povos e com as línguas.

Ainda na introdução da obra, ele comenta a seguinte passagem, que Cícero, no capítulo 54 de *Orator*, analisa: “Oh, Marco Druso, apelo ao pai: você costumava dizer ser sagrada a república; que todos os que a dessacralizaram pagaram a penalidade. O dito do sábio, a temeridade do filho comprovou”³. O que chama a atenção aqui é esta última frase, em que há um deslocamento do objeto direto para o início da frase. Weil afirma que, estando o verbo no fim, “a frase se arredonda, e os termos opostos *sapiens* [sábio] e *temeritas* [temeridade] se chocam”. Em seguida, considera que a eufonia atribuída a tal colocação esconde, na verdade, um “juízo de espírito”.

No início do capítulo 1, Henri Weil, partindo da concepção tradicional que orienta os fundamentos da oração, expõe as limitações em torno da forma como a proposição é definida, no sentido de ser “a expressão de um juízo”. Numa conotação geral, ele afirma que as frases são construídas com base em julgamentos, de modo a sugerir o aspecto subjetivo que subjaz o acontecimento enunciativo. Contudo, em relação à dicotomia sujeito/predicado, termos que são tidos, respectivamente, como determinado e determinante, a definição não se aplica. Isso significa que não é apropriado entender sujeito como “ser objeto de um juízo pelo atributo” ou, ainda como encontramos

em gramáticas recentes, “ser sobre o qual se faz uma declaração”, “ser sobre o qual se diz algo”. A crítica de Weil advém desta frase:

(1) A intemperança perdeu este jovem.

O filólogo comenta que é mais natural entender que tenha sido feito um julgamento sobre “este jovem”, que não é o sujeito da proposição. Em seguida, apresenta um conceito de sujeito que lhe parece melhor: “ser do qual a ação emana”. Curiosamente, é, em essência, o mesmo conceito que encontramos em Mattoso Câmara (2013, p.70), na obra *Estrutura da língua portuguesa*: “ser de que parte o processo verbal”. Voltaremos a discutir a questão do sujeito mais adiante, mas o que se destaca, por ora, é a mudança de concepção que o conceito de Weil produz: se sujeito é o ser do qual a ação emana, não deve ser entendido como termo determinado, mas como termo determinante.

Ainda em relação ao primeiro capítulo, gostaríamos de dar atenção a dois pontos relevantes. O primeiro deles é pertinente a uma aproximação com o campo de estudos da enunciação, em especial a semântica do acontecimento e a sintaxe de bases enunciativas. Weil afirma (p.28-29) que o homem, a princípio, dirige “sua atenção às mudanças, aos movimentos, às ações” e que o protótipo da proposição, em geral, diz respeito à ação sensível, na qual se concentram também nossos pensamentos. Mesmo que não enunciemos ações, utilizamos o mesmo modelo de proposições de ação. Weil argumenta, assim, que dizemos *o leão tem uma presa* da mesma forma que *o leão dilacera sua presa*. Ele analisa, ainda, duas outras frases: *A esperança supõe o desejo* e *A posse procura um gozo real*. Considera que, a despeito de *esperança* e *gozo* não serem pensados como praticantes de ações, nossos pensamentos, por essa configuração, se revestem de uma forma essencialmente dramática. Na página 35, o autor postula que a sintaxe “é a imagem de um fato sensível” e, por se referir às coisas, ao exterior, a “sucessão das palavras se refere ao sujeito que fala, ao espírito do homem”. Além disso, destaca que, na fala, “o que há de mais essencial é o momento, o momento da concepção e da enunciação: é nesse momento que se encontra toda a vida da fala; antes desse momento ela não existia; depois, ela está morta”, dando destaque ao indivíduo que fala, responsável pela condução dos signos. Trata-se de uma reflexão muito

bem conduzida, especialmente por vislumbrar a relação entre acontecimento e sintaxe, articulada pelo sujeito falante. Faríamos apenas uma ressalva sobre a afirmação de que, depois da enunciação, a fala está morta. Se levarmos em conta o fato de que os acontecimentos enunciativos temporalizam, de acordo com Guimarães, uma enunciação, ao se constituir como tal, promove novas possibilidades de significação, isto é, não está morta depois de ter se constituído. “O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro”. (GUIMARÃES, 2002, p.12).

O outro ponto a que queremos chamar atenção é uma observação sobre a tese defendida por Weil. Ao longo do texto, ele argumenta em favor do princípio de acordo entre a marcha das ideias e a marcha sintática, mas alerta que tal princípio não é categórico, uma vez que “a forma não tem nada de obrigatório” (p.30) e diferentes construções sintáticas podem expressar o mesmo pensamento. A respeito do fenômeno em questão, ou seja, a ordem das palavras, julgamos importante fazer uma comparação entre o que foi postulado por Weil, no século XIX, e o que tem sido proposto na contemporaneidade dos estudos linguísticos.

Pesquisas atuais que se interessam pela ordem das palavras e dos constituintes oracionais lançam muitas dúvidas sobre esse fenômeno. A teoria da cartografia sintática, desenvolvida por Rizzi (1997), no quadro da gramática gerativa, utiliza princípios pragmático-discursivos na formulação de categorias funcionais que são responsáveis pelo deslocamento de um termo. Nessa perspectiva, a topicalização, entendida como um recurso sintático de movimento de um constituinte para a primeira posição da oração, é explicada por efeitos relacionados a tematização e a focalização, que exercem força ilocucionária. Nota-se que as línguas têm diferentes tendências na fixação da ordem de constituintes, o que faz com sejam agrupadas em tipologias distintas (como línguas V1, V2), de acordo com a posição do verbo. Pinto (2011), baseado em Kayne (1994), afirma que as línguas têm uma ordem básica subjacente comum, e o que explica as eventuais alterações dessa ordem é o movimento de um constituinte para a esquerda, o qual passa a ser hospedado à esquerda de outro elemento. Não se trata, porém, de uma explicação esclarecedora, mas

de uma descrição de categorias, em termos de traços mais fortes/fracos, motivadores do movimento. O autor comenta não serem claras “as razões pelas quais um determinado traço é forte ou fraco. As coisas simplesmente são assim. ‘É forte porque se move. É fraco porque não se move’”. (PINTO, 2011, p.4). A respeito da posição do advérbio em relação ao verbo, por exemplo, sabe-se que em inglês é preferível que ele figure antes do verbo, como em *He carefully explained the lesson*, ao passo que, em francês, ocorre preferencialmente após o verbo, como em *Il a expliqué soigneusement la leçon*. A ordem é, pois, “explicada” em razão do movimento de categorias formais. Além dessa variedade de tendências de ordenação, as línguas podem sofrer mudanças de parâmetros relacionados à ordem; em vista disso, é inevitável destacar a complexidade do assunto. De toda forma, há um reconhecimento, mesmo entre teorias linguísticas mais díspares, de que a ordem das palavras na frase se prende, em peso, a fatores relativos à enunciação, e, nesse sentido, a tese de Henri Weil, passados mais de 150 anos, permanece atual, feitas as devidas ressalvas.

Pezzati ocupou-se em estudar aspectos da ordem do português, com base em uma teoria funcionalista. Ao discutir o tema, considera que a linearidade da sentença “é um meio muito primitivo, por isso tende a refletir a ordem normal e natural dos fenômenos que ocorrem na realidade extralingüística” (PEZZATI, 1993, p.160). Acrescenta, fazendo alusão à natureza psicológica do falante, que os atores preexistem às ações, e estas, por sua vez, depois de realizadas é que atingem um objeto ou dão origem a outros. Ademais, trata da oposição *dado X novo*, alegando que primeiro se coloca o que é de conhecimento do ouvinte e, em seguida, o que é novo para ele. Uma sentença ilustrativa desse ponto de vista, apresentada pela autora, é *João morreu*, cuja ordem é motivada pela perspectiva do falante, no sentido de que ele escolheu indicar um processo ocorrido com João, daí este SN assumir a posição de tópico e a função de sujeito.

Destaca-se no estudo de Pezzati uma crítica às propostas tradicionais de classificação do português quanto ao quesito ordem. Ela afirma que é equivocado classificar o português como sendo uma língua SVO em razão do fato de que, a depender do tipo de verbo em torno do qual se constrói uma oração, como os intransitivos não existenciais, a ordem normal é a VS (*Sáiram as notas*). Um outro

ponto do trabalho de Pezzati que chama atenção, de forma especial, é a afinidade com o princípio defendido por Weil — o de que a marcha sintática segue a marcha das ideias. A autora cita passagem da gramática de Jerônimo Soares Barbosa, contemporâneo de Wiel, na qual se lê que a ordem natural das sentenças está de acordo com a ordem “com que nosso espírito concebe as coisas” (BARBOSA, 1830, *apud* PEZZATI, 1993, p.163).

Encontra-se, em Mattoso Câmara, um breve estudo de sintaxe de colocação, vinculada à estilística. Kehdi⁴ (2004) pondera que, para o eminente linguista, há um princípio que consiste em atribuir ao último termo do enunciado o máximo valor informativo, o que possivelmente poderia explicar a colocação normal do sujeito, antes do verbo, em consonância com a proposta de Pezzati; explicaria, também, a tendência do adjetivo de ocupar uma posição posterior ao substantivo, uma vez que este tem informações acrescentadas por aquele. Não obstante haver um fundo de verdade no referido princípio, especialmente se se levam em conta os efeitos de uma escala argumentativa, tão bem explorados por Oswald Ducrot⁵, no caso particular da colocação do adjetivo em relação substantivo, há uma grande imprecisão quanto aos fatores que motivam a anteposição ou a posposição, o que Mattoso também problematiza. Certos adjetivos podem ocorrer em ambas as posições, como *excelente* (*excelente pessoa/pessoa excelente*), sem mudança de sentido; outros também podem ocorrer pospostos ou antepostos, como *grande* (*grande homem/homem grande*), mas com mudança de sentido; há aqueles que só podem ser antepostos, como *mero* (*mero político*), e, por fim, os que apenas aparecem pospostos, como os gentílicos (*homem francês*). O mesmo não acontece necessariamente em outras línguas; em inglês, há uma posição fixa para o adjetivo, que vem sempre anteposto ao nome.

Ainda com relação à sintaxe em Mattoso Câmara, encontramos um ensaio sobre colocação, na obra *Dispersos*, organizada por Uchôa (2004), em que ele analisa um fato de colocação no soneto *A cavalgada*, de Raimundo Correia, cujo verso inicial — *A lua banha a solitária estrada...* — é também o verso final, apenas com uma diferença de colocação: *A lua a solitária estrada banha*. Mattoso, inicialmente, tece considerações a respeito do fluxo informacional,

com vistas à distinção entre informação nova e informação feita, como exemplifica o seguinte esquema:

1. “eu saio às três horas” (a que horas?),
 2. “às três horas eu saio” (que faço?),
 3. “às três horas saio eu” (sai quem?).
- (MATTOSO CÂMARA, 2004, p.188)

Na sequência da análise, Mattoso interpreta o soneto, que descreve, ao longo das estrofes, a informação nova (o ambiente da “estrada”, cena poética de referência); feita a descrição, tal informação passa a ser dada, e é exatamente isso que pode motivar a colocação de “estrada” antes do verbo.

Tal ponto de vista sobre a colocação encontra-se descrito no capítulo 1 da tese de Henri Weil. Ao mencionar trecho de uma das cartas de Cícero a Ático, Weil promove uma reflexão sobre a colocação do sujeito em uma das últimas posições da oração: *No primeiro dia de junho, indo eu a Âncio, feliz por me afastar dos gladiadores de M. Metelo, teu escravo veio ao meu encontro.* Fosse outra a ordem da frase, com o sujeito *teu escravo* no início, seria alterada a intenção comunicativa do texto de Cícero. O adjunto temporal, colocado na dita ordem natural (após o verbo), poderia apropriadamente responder à pergunta *Quando você encontrou meu mensageiro?* Nessa situação, o encontro do mensageiro teria sido o *ponto de partida*, o fato conhecido; e as circunstâncias de tempo etc., o *objetivo do discurso*. A disposição original desse período de Cícero, diferentemente, apresenta como objetivo do discurso o fato descrito, e não a circunstância temporal.

Outro exemplo apresentado por Weil é uma frase de Voltaire: *Ele se matou para se livrar de um embaraço [Il se tua pour se tirer d'embaras]*. Essa disposição está de acordo com os diferentes motivos que podem determinar o suicídio:

Um se matou porque não podia suportar a miséria; outro, porque estava desgostoso de sua felicidade; e outro, enfim, para se livrar de um embaraço. O suicídio era, então, a coisa conhecida, o autor acrescenta a ele o motivo. Mas se ele tivesse querido nos dar a conhecer o estranho expediente imaginado por esse jovem para

escapar de um embaraço, teria dito: *Para escapar de um embaraço, ele se matou.* (p.38)

Mas é possível que a enunciação não tenha, a priori, um objeto de discurso de conhecimento do interlocutor, observa o filólogo. Nesse caso, é comum começar-se pelo que é mais elementar: *Havia um rei, Há a cidade de Éfira, Éfira é uma cidade.* Na literatura atual, verbos como *ter* e *haver* são rotulados como verbos de apresentação de existência, função que talvez explique o fato de o dado novo do discurso, o referente apresentado, tender a ocupar a posição pós-verbal (*havia um rei, e não um rei havia*).

Os apontamentos a respeito da tendência de, na sintaxe, se apresentar por último o que é novo, tão bem explicados por Henri Weil, estão de acordo com as teorias que desenvolvem a oposição *dado X novo*, conforme já adiantado anteriormente, e com o estudo funcionalista da estrutura argumental preferida⁶, segundo o qual os referentes introduzidos no discurso tendem a exercer a função de complemento verbal. Em acréscimo, evocamos também a contribuição de Dias (2009), a propósito da sintaxe de bases enunciativas. No texto *Enunciação e regularidade sintática*, o autor pondera que o lugar sintático de sujeito se caracteriza por uma *sustentação temática*, ao passo que o lugar de objeto é pertinente à *construção temática*. A fim de ilustrar tal formulação, Dias (p. 27) apresenta uma sentença em que estão ocultos, no segundo período, o sujeito e o objeto:

(1) Pedro plantou sementes de milho. Adubou, semeou, irrigou, colheu e vendeu.

Embora os referentes não estejam materializados na sentença, a interpretação dela é mobilizada por uma virtualidade de implícitos que se articulam de formas diferentes. Na primeira oração, temos sujeito e objeto explícitos. É interessante notar que o sujeito de *adubou, semeou, irrigou, colheu* e *vendeu* é sempre o mesmo, ao ser recuperado anaforicamente. O mesmo não se dá em relação aos objetos de tais verbos, que devem ser construídos virtualmente: *adubou* [o solo], *semeou* [os grãos], *irrigou* [as plantas], *colheu* [os frutos], *vendeu* [o produto]. Se diferentes fossem os sujeitos, deveriam ser declarados:

(2) Pedro plantou sementes de milho. Carlos adubou, Maria semeou, João irrigou, Marina colheu e Fernando vendeu.

Preencher as lacunas dos objetos significa, segundo Dias, participar de sua construção sob a força dos limites do domínio de referência.

Feitas algumas considerações sobre a ordem envolvendo os lugares sintáticos de sujeito e objeto, nota-se uma conformidade entre a ordem “normal” do português (sujeito antes do objeto) e o princípio da apresentação/conhecimento dos referentes. Mas, problematizando um pouco esse tema, como entender as possibilidades de ruptura das posições sintáticas canônicas? Recorramos mais uma vez a Dias, que traz esclarecimentos sobre a questão, a partir dos conceitos *anterioridade de predicação*, *anterioridade de orientação*, *anterioridade actorial* e *anterioridade processual*.

Mais anteriormente, afirmamos, em consonância com Weil, que o sujeito é um lugar sintático determinante, e não determinado, hipótese que explica a anterioridade de predicação. A anterioridade de predicação significa a perspectiva na qual se constitui a predicação verbal, o que permite mostrar um contraste com o lugar de objeto (determinado). Segundo Dias, sujeito é o grupo-nominal que aciona o verbo, arrebatando-o de sua condição de infinitivo. “A instalação de uma sentença, e por conseguinte de uma unidade mínima de sentença, é devida ao GN-sujeito” (DIAS, 2009, p.19). Por esse viés, infere-se que o lugar de sujeito é primordial do ponto de vista do verbo, o que não significa que deva ocorrer, necessariamente, na primeira posição da sentença. Nesse sentido, é importante tratar da *anterioridade de orientação*, que, de acordo com Dias, diz respeito a um objetivo enunciativo. A orientação do ato enunciativo estabelece uma ordem de pertinência na apresentação dos referentes, daí o conceito de *tópico*, que representa um ponto de partida da comunicação. Exemplo: *A Maria, eu a vi ontem na feira*. A *anterioridade processual*, por sua vez, é concebida de forma mais obscura, relacionada ao modo como a cognição processa a informação, o que talvez não se dê de forma linear, como na sintaxe, em que necessariamente um termo precisa vir antes de outro — retomemos brevemente a proposta de Pezzati, para quem a “linearidade da sentença é um meio muito primitivo”. Nesse ponto, parece que, quando Henri Weil trata da marcha do pensamento, sugere aproximar-se muito mais do que se entende por *anterioridade*

de orientação do que da *anterioridade processual*. Apurar o processamento cognitivo é algo mais complexo, que depende de outros aparatos.

A *anterioridade actorial*, por fim, associa-se aos papéis dos participantes do evento, como *agente* e *paciente*. Geralmente, um dos participantes pratica a ação e outro a recebe; portanto, um deles é anterior. No arranjo sintático, é possível que essa definição assuma contornos metafóricos, como mostram estas duas frases citadas páginas atrás: *A esperança supõe o desejo* e *A posse procura um gozo real*.

Feitas as devidas distinções, que nos auxiliam a compreender melhor a complexidade sintática, voltemos à obra que nos interessa. Após discutir, no capítulo 1, o princípio geral que defende, Weil passa a analisar, no capítulo 2, a ordem das palavras segundo a forma sintática das proposições, comparando línguas diversas. Por meio dessa proposta, distingue duas tipologias de línguas, com base no critério da liberdade de ordenação. Latim e grego, que têm caso morfológico, são tipificados como línguas de construção livre, ao passo que as línguas românicas atuais, que não têm marcação de caso, são de construção fixa — tal tipificação, porém, assume graus de relatividade, o que o próprio autor reconhece; em relação ao turco, por exemplo, as construções do francês são mais livres, dado que, naquela, os determinantes do nome só podem assumir posição pré-nominal. Outra distinção a que o filólogo dedica algumas páginas é a seguinte: construções descendentes (o termo regente precede o termo regido) e construções ascendentes (o termo regido precede o termo regente). Prossequindo na comparação, o filólogo toma como foco a posição do verbo (decisão também assumida por linguistas contemporâneos) para elaborar algumas generalizações. Opta por extrair, das línguas de posição livre, a razão para a preferência por uma ou outra ordem. Ele explica que, em alemão, é a natureza da proposição (principal ou subordinada) que decide o lugar do verbo. A partir da premissa de que é a frase principal que enuncia o pensamento, o contraste entre uma e outra posições tem a ver, para Weil, com esse caráter afirmativo/não afirmativo da preposição, o que motivaria a colocação do verbo no meio ou no final da sentença.

Em outra parte do capítulo, há uma análise da colocação do adjetivo e do advérbio, com algumas intuições interessantes. Porém,

na medida em que o autor analisa diversas línguas e não adota uma metodologia clara no tratamento dos dados, em razão mesmo das limitações científicas da época, suas conclusões não se assentam em evidências muito palpáveis. Em outros momentos, seu alto grau de erudição também torna o texto não muito didático. Acrescente-se, ademais, também devido a uma mentalidade pré-saussureana, o julgamento qualitativo que Henri Weil faz das línguas: em várias passagens, tende a considerar latim e grego línguas perfeitas, por serem de posição livre e, dessa forma, se ajustarem mais facilmente ao pensamento, ao contrário das línguas atuais. A despeito da impropriedade desse julgamento de perfeição, a comparação das línguas parece corroborar a tese do autor, em vista das evidências referenciadas por Kato (1998):

podemos dizer que quanto mais variação de ordem uma língua permitir, mais sensível ela será a explicações funcionalistas, isto é, a ter sua ordem explicada em termos de funções semânticas ou textuais-discursivas, e não em termos estritamente sintáticos. Por outro lado, quanto menos opções posicionais para uma mesma função gramatical a língua apresentar, menos biunivocidade entre posições sintáticas e funções de ordem semântica ou textual essa língua vai exibir. (KATO, 1998, p.13)

No terceiro e último capítulo da obra, Henri Weil traz para discussão outro princípio determinante da ordenação das palavras: o acento oratório. Nesta oportunidade, estipula que é preciso recorrer à língua falada e viva, por ser insuficiente a escrita. Aparentemente, seria de se supor que fosse tratar das línguas modernas, todavia ele se deteve em peso na análise do grego e do latim, a partir de indícios que supostamente evidenciariam como tais línguas se manifestavam na oralidade quando vivas. Dado que, para o autor, a fala está a serviço do pensamento, e não o contrário, a influência do acento oratório é secundária no que concerne à marcha das ideias, porém ela se deve, também, a aspectos estilísticos. A bem dizer, trata-se de princípios que se complementam. Por exemplo, em francês, a acentuação ascendente se encontra frequentemente em concordância com a construção descendente, isto é, a informação nova introduzida pelos termos complementares recebe, via de regra, maior intensidade de acento,

especialmente porque é uma língua em que a tonicidade recai sobre a última sílaba. Weil apresenta regularidades relacionadas a tal princípio; uma delas tem a ver com o tamanho dos complementos ligados a uma mesma palavra:

De vários complementos que recaiam sobre a mesma palavra, dê a forma mais concisa ao que segue a palavra completada e, à medida que você avance, dê aos complementos uma expressão mais desenvolvida e mais entendida. (p.100)

Exatamente para manter uma coerência com a hierarquia dos princípios (respectivamente, marcha das ideias e acento oratório), a recomendação de Weil é alternativa a uma regra geral, segundo a qual os complementos devem ser dispostos em razão de seu tamanho, o que supostamente poderia contrariar a ordem do pensamento.

Ao longo do capítulo, são descritos efeitos estilísticos da acentuação, tais como o efeito de punição da apatia da plateia, por meio de uma acentuação final áspera, e o efeito de expressividade, por meio de uma acentuação descendente, obtida pela maior intensidade da voz no início da proposição. A frase latina *ROMANUS sum civis* [sou cidadão ROMANO], declarada por um personagem desconhecido, é exemplo dessa expressividade, pois a palavra *romanus* produz uma revelação que desperta atenção da plateia, conforme sugere Weil. O começo e o fim de uma proposição são, para ele, lugares de honra, mais propícios às palavras acentuadas. O acento é entendido, dessa forma, como um recurso discursivo. Ou melhor, a ordem, de modo geral, é concebida, ao longo da obra, por um feixe de fatores cujos propósitos visam a efeitos discursivos.

Em vista de todas essas considerações que fizemos a respeito da obra do filólogo alemão, avaliamos como muito relevantes as contribuições que ela trouxe, e pode continuar trazendo, aos estudos da enunciação e da sintaxe. Ainda que já se tenha passado muito tempo desde a publicação dessa obra e que, depois disso, as pesquisas em Linguística tenham se tornado mais substanciais, o fenômeno da ordenação sintática ainda é pouco compreendido. A análise perspicaz empreendida por Weil, em seus diversos aspectos, pode despertar o interesse de pesquisadores que pretendem enveredar pelos meandros do assunto.

Igor Caixeta Trindade Guimarães
Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos da UFMG

Referências bibliográficas

CÂMARA Jr., J. M. (2004). “Um caso de colocação”. In: UCHÔA, C. E. F. *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, 3ª ed.

_____. (2013). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 45ª ed.

DIAS, L. F. (2009). “Enunciação e regularidade sintática”. In: *Cadernos de estudos linguísticos*, v.1, n.51, pp.7-30. Campinas: IEL/Unicamp.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes.

KATO, M. A. (1998). “Formas de Funcionalismo na Sintaxe”. In: *DELTA* [online], v.14, número especial Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000300011&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 de junho de 2015.

KEHDI, V. (2004) “A sintaxe em Mattoso Câmara”. In: *DELTA* [online], v.20, número especial, pp. 105-127. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300009&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 02 de maio de 2015.

PEZZATI, E. G. (1993). “A ordem de palavras e o caráter nominativo/ergativo do português falado”. In: *Alfa*, n.37, pp.159-78. Disponível em:

<<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3942/3620>>

PINTO, C. F. C. (2011). *Ordem de palavras, movimento do verbo e efeito V2 na história do espanhol* (tese de doutorado). Campinas: Unicamp.

Notas

¹ Obra inaugural dos estudos semânticos.

² Tradução inédita para o português, por Sheila Elias de Oliveira.

³ Traduzida do latim: *O Marce Druse, patrem apello: tu dicere solebas sacram esse rem publicam; quicumque eam violavissent, ab omnibus esse ei poenas persolutas. Patris dictum sapins temeritas filii comprobavit.*

⁴ O autor comenta sobre a ordem dos termos da oração: Considerando-se que a ordem dos vocábulos é justificada por diversos fatores, tais como a autonomia do sintagma, a pausa, o ritmo, as razões de natureza lógico-semântica, etc. (e que, muitas vezes, aparecem acoplados), parece-nos parcial o enfoque exclusivo da expressividade. (p.114)

⁵ Ver DUCROT, O. *Argumentação e “topoi” argumentativos*. In: GUIMARÃES, E. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. pp.13-38.

⁶ Ver DUBOIS, J. W. *Competing Motivations*. In: HAIMAN, J. (ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1985.